

HABEAS CORPUS Nº 548.842 - SP (2019/0358076-1)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : CARLOS EDUARDO FERREIRA SANTOS
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO FERREIRA SANTOS - SP279725
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GERONIMO MEME BLADO STANESCO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GERONIMO MEME BLADO STANESCO contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - HC n. 0033973-82.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi condenado à pena de 8 (oito) anos, 3 (três) meses e 16 (dezesesseis) dias de reclusão, no regime inicial fechado, como incurso no artigo 158, § 1º, do Código Penal, por duas vezes, oportunidade em que lhe foi deferido o direito de recorrer em liberdade.

Ante a notícia da prisão do réu em processo diverso devido ao seu paradeiro desconhecido, o magistrado singular reconsiderou a decisão anteriormente proferida e decretou a sua custódia cautelar.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Nesta via, alega o impetrante a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP, aduzindo que a custódia foi com base em fatos supostamente ocorridos em outro processo, bem como sem qualquer manifestação do órgão ministerial acerca da prisão do segregado.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva do paciente e expedido o contramandado de prisão.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante se infere do seguinte trecho do aresto impugnado (fls. 101/104):

No ponto, carece anotar que embora deferido o apelo em liberdade após proferir sentença, o douto magistrado, com notícia da prisão preventiva do paciente em processo diverso em razão de paradeiro desconhecido - o que impossibilitaria o bom andamento do feito ante a aplicação da lei penal - reconsiderou a decisão anterior

proferida, decretando a custódia cautelar do paciente.

Assim sendo, nota-se que a decisão que decretou a segregação, foi suficientemente fundamentada, mormente porque, decorre de decreto condenatório lançado nos autos da extorsão, de modo que há, de forma concreta, fundados motivos para a manutenção da prisão a fim de dar cumprimento à sentença, já que havia notícias que o paciente estava foragido.

Dessa forma, a resposta estatal, no presente caso, não pode ser outra senão a manutenção da decretação da prisão cautelar para a preservação da ordem pública, da instrução criminal e aplicação da lei penal.

[...]

Ademais, a análise perfunctória dos autos, junto dos esclarecimentos prestados pela autoridade impetrada e do parecer da Procuradoria Geral de Justiça, permite concluir que a prisão cautelar decretada encontra respaldo no caso concreto, estando presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, e, por esta mesma razão, descabida a concessão de qualquer outra medida cautelar, que não o cárcere.

Lado outro, nem se argumente que as condições pessoais do paciente lhe são favoráveis, pois tal circunstância não tem, isoladamente considerada, o condão de afastar a necessidade do encarceramento.

[...]

Assim, não se vislumbra qualquer ilegalidade na decretação da prisão do paciente que justifique a concessão o remédio heroico.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito da impetração, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que

Superior Tribunal de Justiça

a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator